

**RIO DE JANEIRO, RJ, 29 DE NOVEMBRO DE 1999**

*Bom-dia a todos aqui. Aqui tem uma longa nominata, a começar pelo Governador do Ceará, Tasso Jereissati, que não estou vendo. Ah, está aqui, na minha frente, me vigiando. Senhores Ministros de Estado; Senadores, Deputados, Prefeitos, Empresários; Afiliados ao PSDB; Membros do Instituto Teotônio Vilela; Senhoras e Senhores,*

Primeiro, quero expressar minha satisfação de poder estar aqui, ainda que por breves momentos, conversando com o PSDB, com a militância do PSDB, com as lideranças do PSDB. Vejo aí o líder me olhando também, com um ar meio estranho. O que aconteceu na Câmara, Deputado e Líder Aécio Neves?

Tenho muita alegria de estar aqui com vocês mais uma vez. Eu queria fazer uma exposição mais ou menos organizada, a respeito de questões que me parecem que são cruciais neste momento para o PSDB e para o Brasil. Claro, sou Presidente da República, não perco essa condição, mas sou membro do PSDB. E quero ter uma conversa muito mais como membro do PSDB do que como Presidente da República.

Queria lhes dizer que nós, quando fundamos o PSDB, tivemos uma série de discussões importantes sobre os rumos do Brasil e sobre as propostas do novo partido. Acho que precisamos retomar essa discussão, e com profundidade.

Eu me recordo de algumas dessas discussões havidas no Hotel Nacional, em Brasília, e com a presença de muitos dos que estão aqui. Estou vendo o Hélio Jaguaribe aqui. Outros que não estão e que deveriam estar aqui ajudaram na formação do PSDB. E, naquele momento, demos um balanço e vimos o que era preciso fazer com o Brasil.

A idéia predominante, então, era de que a questão central, naquele momento, era a de definir rumo, de ter conceito, ter uma posição valorativa. Não era a questão apenas de fazer a crítica de um regime que já estava ali se transformando. Nós estávamos no final da Constituinte. Já não havia mais o regime militar. Era muito mais do que isso, era uma espécie de *aggiornamento*, de tomada de posição diante de novos fatos que tinham ocorrido no Brasil e no mundo. E era preciso ter uma posição afirmativa em termos de crença, de doutrina, se posso dizer assim.

De novo, agora, a questão do PSDB, a questão de um partido que, nas condições do Brasil, se afirma como social-democrático, é uma questão de doutrina. O que é isso? Quais são os valores que estão em jogo? O que temos que fazer e o que fizemos? Porque a diferença da fundação é que nós, hoje, não apenas temos um partido, que teve maior número de votos na eleição passada, no segundo turno, que elegeu e reelegeu o Presidente da República, que tem uma enorme quantidade de governos estaduais, de prefeituras. Somos parte de um sistema de decisões institucionalizadas. Mas não podemos ser só isso. Há uma famosa frase que eu mesmo tinha sugerido para o manifesto, não só no manifesto do PSDB, que diz que é “longe dos palácios e próximo, ouvindo as vozes da rua, os murmúrios da rua”, uma coisa assim. Hoje, não podemos dizer que estamos longe dos palácios, mas não podemos deixar de ouvir o murmúrio das ruas.

E essa é uma posição nova, porque somos governo e temos, ao mesmo tempo, que ouvir as ruas. Quem está no governo, diretamente, muitas vezes não tem ouvido. Tem muito intermediário. Mas os mili-

tantes não têm ouvido intermediário. Ouvem diretamente. Um partido não pode ser só o governo, só o palácio, mesmo quando está no governo, porque aí se perde, se ele não for, realmente, mais do que isso, se ele não expressar o movimento, que é o movimento da sociedade.

Hoje, não podemos fugir do fato de que temos responsabilidades de governo em nível nacional, em nível estadual, em nível municipal. Temos que assumir certas responsabilidades. Eu assumo responsabilidade pessoal, se quiserem, pela parcela que me toca, pelos erros e pelos acertos. Mas temos que evitar uma espécie de auto-indulgência, que não é boa conselheira.

Quando falo como Presidente da República, não posso estar falando disso, eu tenho que falar com o Brasil. Então, tenho que ter uma atitude sempre de defesa e não posso abrir brecha. Agora, quem está na militância não pode ter essa atitude, permanentemente, de não ver. Não pode aceitar a desculpa fácil, não pode ter uma posição, portanto, de auto-indulgência. O que não quer dizer que devemos, também, ter uma posição de permanente suplício e fazer de conta que está tudo errado. Nós temos com isso, estamos fazendo as coisas, temos que ver o que fizemos errado, o que fizemos certo. Não temos de ser auto-indulgentes, mas também não temos que gostar de apanhar. Um partido tem que avançar, tem que lutar, tem que reagir, tem que defender, tem que assumir. Senão, o partido não vai para frente. O partido, para ir para frente, tem que ter posição clara e defender, claramente, o que estiver certo. O que estiver errado, não.

Ora, quando fizemos o PSDB, quais eram as nossas questões principais? Tínhamos a questão da democracia, que tinha de ser consolidada. Tínhamos que fazer com que o Brasil voltasse aos trilhos do desenvolvimento, e tínhamos que fazer as reformas necessárias para conjugar o desenvolvimento econômico com a justiça social. É esse o miolo da nossa questão.

Bom, temos que dar um balanço nisso. Fizemos isso? Consolidamos a democracia? O que falta. Repusemos o Brasil no trilho do desenvolvimento? O que falta? E a justiça social? O que é isso? Os excluídos, os incluídos também, nós fizemos, não fizemos? Temos que avançar bas-

tante nessa direção. É claro que nós, enfim, lutamos para consolidar a democracia. Não fomos só nós. A democracia não é fruto de um partido. É uma aspiração nacional. Há muitos partidos. A sociedade quer a democracia. Neste aspecto, houve um avanço enorme. Quer dizer, a sociedade brasileira, hoje, é uma sociedade democrática. O que não quer dizer que seja igualitária, nem que dê oportunidade para todos de uma maneira igual. Mas do ponto de vista, digamos, de liberdades, aqui há liberdade. E isso é bom. Isso é bom.

Tenho a satisfação de dizer – estou no final do quinto ano de governo – e podem me dizer uma porção de coisas do Governo, menos uma: de que não haja liberdade. Liberdade de imprensa, de movimento, de crítica, até quase ao insulto pessoal. Isso é recebido pelo Presidente e pelo partido com tranqüilidade, com compreensão histórica, tranqüilidade não, porque dá raiva, mas com compreensão histórica da situação, o que é importante.

Mais. Quando falávamos, na verdade, em consolidar a democracia, não estávamos, simplesmente, nos referindo a essas questões. E nem sequer, apenas, à questão, digamos, da formalização da democracia, porque essa já havia. Eleições, respeito ao voto e quase que, parece que esqueceram, agora, o último grito antidemocrático é o “fora FHC”. Esqueceram ontem. Enterraram, foi bom. Foi bom não para mim, mas para eles. Porque é tão atrasado, é tão contrário ao sentimento democrático que não tem sentido.

Mas já havia esse sentimento, no Brasil, de democracia institucional. Já havia um começo. Nós nos referíamos a outras coisas também. É que tínhamos que lutar contra a praga tradicional da fisiologia e contra a “moderna praga do corporativismo”. Tínhamos consciência disso. Esta questão é uma questão séria. Estamos tendo uma batalha cotidiana, exaustiva, para liquidar com essas pragas que não são fáceis de serem liquidadas, mas o PSDB não pode abrir mão disso. Isso não é retórica. Isso é coisa concreta. Coisa concreta significa o seguinte: evidentemente, a máquina de clientela é uma máquina ampla no Brasil. Não é só no Brasil. Ninguém vai ignorar também que em qualquer sistema de poder há uma certa clientela. E há já a definição clássica de Max Weber, o

motim do Estado. Você tem que ter nomeações. Tem que levar os seus. Bom, mas isso não pode ser o objetivo, não pode ser o critério único e não pode deixar de estar subordinado aos outros critérios de interesse nacional e da competência. É difícil. É difícil lutar contra isso.

Houve avanços. Não o suficiente. Exemplos concretos de avanços: na área da educação, na área da saúde, na área da reforma agrária. Ainda existem resistências fisiológicas. Existem, mas estamos lutando. É cotidiano. E não podem fazer gritaria dessa luta, porque se você fizer gritaria, você perde a luta. Mas o PSDB tem que ser o esteio disso e não pode ser parte da fisiologia. Repito, não estou aqui dizendo que um partido vai para o governo e que seus membros não devam assumir responsabilidade de governo. Devem. Precisam. Mas o critério tem que ser o da competência, além da probidade, que é o óbvio.

Essa luta o PSDB não pode deixar de lado, porque isso para o país, para o povo, se confunde com a moralidade. E quem paga o preço sou eu, porque na verdade dizem: “Ah, o Presidente, o Governo Federal, ou não sei o quê.” Mas no momento seguinte é o partido todo. Ou nós temos um traço distintivo, e aí entra a questão da ética, ou temos esse traço distintivo e se considera isso como uma coisa fundamental, ou não se avança.

Ora, um partido como o nosso, que sabe que para governar o Brasil precisamos de alianças, não pode ser um partido que repila aliança, nem que repila a distribuição de posições no governo. Mas ele próprio tem que ser, digamos, o fiador dessas alianças. Não é só o Governo, mas também o partido. E tem que ter uma luta constante para evitar que isso se transforme numa troca sem limites, mais difícil que fisiologia. Fisiologia é coisa velha, coisa tradicional. As máquinas antigas de poder são assim. As pessoas se iludem, pensam que, porque indicam alguém para um lugar, isso vai dar voto. Não vai dar voto, vai dar dor de cabeça. Vai dar dor de cabeça, é uma ilusão brutal. Mas pior do que isso é o corporativismo, porque isso não é uma força velha, é nova. É da sociedade contemporânea. O PSDB tem lutado contra isso e tem que continuar lutando contra o corporativismo.

Eu me lembro de que, num dos discursos que fiz, há alguns anos, no início do governo, não sei se quando saía do Senado ou quando tomei

posse como Presidente da República, dizia que a questão fundamental é de que nós tomássemos as decisões olhando o interesse geral. Qualquer interesse particular que se contrapusesse ao interesse geral deveria ser afastado em nome do interesse geral.

O corporativismo é o oposto disso. É exatamente o oposto disso. É olhar o interesse da parte como se fosse mais importante do que o todo. E esta força é enorme no Brasil. É corporativismo de alto a baixo. Não é corporativismo só, não só sindicato e trabalhador, não. Do empresário também. Não são só os sindicatos. São forças organizadas da sociedade, forças que se organizam. Não é um lobby. O lobby é um grupo de interesses explícitos, que luta por seus interesses.

Agora, quando você tem a transformação do lobby em bandeira política, temos, então, a defesa da parte como se fosse o ideal do todo. Aí complica. Porque quando a parte se apresenta como parte, é legítima. Está puxando o que é seu. Quem tem que cuidar do interesse geral é o Estado, é o partido, é o Governo. Tem que ver, está bem? Está certo? Está errado? Cedo? Não cedo? Agora, quando isso vira bandeira, como se fosse bandeira geral, é um perigo. Essa é a maior dificuldade que temos hoje. É que interesse particularista, corporativo, é apresentado como se fosse geral e impede que as políticas que realmente interessem à maioria sejam efetivadas, porque os que estão incrustados no aparelho de Estado, que têm defesas corporativas, primam sobre os interesses gerais.

Essa é uma questão que nós precisamos fazer e continuar nessa luta. Eu sei que, no Brasil, democracia implica essa luta. Temos que ter com coerência, com lucidez e com competência; levar essa luta. Agora, isso não foi o único, nem foi só esse o nosso problema, nem é o nosso único déficit. Temos algumas bandeiras. Sempre tivemos a bandeira do parlamentarismo. Continuo acreditando no parlamentarismo. Não estou propondo. Perdemos duas vezes. Perdemos recentemente. Não estou propondo. Mas temos que examinar com muita liberdade de espírito o sistema político brasileiro.

Não podemos postergar decisões importantes sobre o sistema político brasileiro, como estamos deixando, por interesses menores, corporativos, fisiológicos ou por interesse local partidário.

Não quero entrar em mais detalhes, mas se não tivermos coragem de tomar decisões que digam respeito a um equilíbrio do sistema político-institucional brasileiro, vamos ter dificuldades sérias no Brasil. Vamos ter dificuldades sérias para governar.

Estou governando há alguns anos, com uma base enorme, cuja maioria é variável, é de geometria variável, depende da questão que é posta sobre a mesa. E essas maiorias não se formam a partir dos acordos partidários. Porque os partidos continuam não tendo capacidade de controlar efetivamente o comportamento dos seus deputados. E, pior, a sociedade não controla o comportamento, tampouco.

O PSDB, pelos índices de votação do Congresso, é dos que mais têm tido um comportamento consistente, têm mais respondido à liderança partidária. Portanto, não é uma crítica ao PSDB, é uma crítica ao nosso sistema político.

Essa crítica, o PSDB tem que voltar a assumir. Se não vamos falar, pela razão da derrota eleitoral, de parlamentarismo, do que que vamos falar, então, para dar governabilidade? Vejam que no centro da discussão contemporânea, ou seja, também tenho discutido, aqui o Senador Lúcio Alcântara esteve na Itália, foi à Inglaterra, tem discutido esse sistema, tem feito um bom trabalho no Teotônio Vilela. No centro da discussão lá, em Florença, do que se tratava? Tratava-se, no fundo, do que eles chamam lá de *governance*. O mais próximo disso, em português, é governabilidade. Não é um governo que toma uma diretriz, social-democrática ou liberal ou conservadora. É uma sociedade que se organiza, para que o sistema decisório, em seu conjunto, possa funcionar.

A governabilidade não depende do governo, ou melhor, não depende só do governo, mas de um conjunto de instituições, de forças, que se organizam ou que postulam de uma maneira que permita levar para uma determinada direção a sociedade, que permite, portanto, que haja convergência, que as decisões que se façam sejam encadeadas. Será que nós não temos que voltar a pensar na governabilidade?

Nos tempos difíceis, na crise dos anos 80, na crise do Governo Collor, não se falava de outra coisa. Depois o tema saiu, com a governabilidade. Por quê? Porque, com o nosso governo e com os nossos aliados, demos ao

País a capacidade de seguir uma direção. Via-se que as decisões tomadas iam num certo rumo, uns gostam e outros não gostam, mas tem rumo. Bom, continua tendo, com todas as dificuldades que aconteceram este ano. Continua tendo. Mas este rumo não está assegurado por um conjunto de instituições enraizadas na sociedade que possa dizer: “Bom, nós não temos problemas para o futuro, não digo quanto à democracia formal, mas quanto à capacidade de o sistema democrático produzir resultados.”

Governabilidade democrática significa isso: é capacidade de a sociedade produzir resultados que levem a uma certa direção. De uma forma ou de outra, acho que o PSDB tem que voltar a discutir esse tema com a sociedade. Como é que se vai governar a sociedade? Isso implica tudo: sindicato, Igreja, mídia, famílias. É mais do que o governo.

Aqui, no Brasil, muitas vezes se tem a impressão de que as pessoas ainda estão em outra época. Cobram do governo, como se o governo pudesse assegurar a governabilidade. Não é o governo. Ele pode atrapalhar, ele pode ajudar, mas não é o único apoio nesse assunto.

Quando se vê o Brasil lido pela imprensa, ou ouvido nos discursos, é um Brasil que tem dois atores: o Governo e o resto. O que é isso? Não é possível. Quer dizer, e as instituições intermediárias? E a capacidade de uma certa coerência no sistema institucional para que ele funcione? E a toda hora não temos situações em que o próprio Presidente tem que se envolver para evitar choque institucional?

Se quiserem entrar num assunto delicado, o Senado acabou de votar – isso também já foi votado na Câmara – uma medida que muda as medidas provisórias. Ninguém pensou na governabilidade. Vou dar só um exemplo: em quatro meses, está trancada a pauta do Congresso, porque as medidas provisórias, daqui por diante, valem por dois meses, renovados por mais dois. Se o Congresso não toma a decisão, tranca a pauta. Quer dizer, o Presidente da República vai fazer a pauta do Congresso, porque, na dinâmica da sociedade contemporânea, bastam uma, duas, três medidas provisórias por semana para trancar a pauta no Congresso. Isso é mais democrático? É por aí que se resolve essa questão? Ficou um braço de ferro, como se o Presidente da República fosse um autoritário.

Então, é preciso submeter tudo ao Congresso. Tudo bem, concordo. Mas esse mecanismo, quem pensou nisso, na praticidade da decisão? Foi aprovado, com aplausos, porque “estamos limitando o poder do Presidente”. Não. Estão limitando a capacidade de a sociedade ser governada, porque não é o Presidente quem governa a sociedade. É o conjunto.

Não sei a solução também, porque do jeito que está não pode. Como é hoje, não pode. Agora, a solução? Dei um exemplo que sei que é delicado, que confronta o Presidente com o Congresso. Mas aqui não é o Presidente. Não é o Congresso. É o Brasil. Como é que governa? Temos que pensar nisso. Temos que pensar nesses mecanismos.

Querem outro assunto polêmico? Pediram-me que não falasse de assuntos polêmicos: “O Presidente só gosta de assunto polêmico.” Não estou falando como Presidente. Então, vamos para a polêmica. Eu, no Congresso, sempre polemizei. Estamos discutindo a reforma tributária. A questão central não é técnica. A reforma tributária é uma questão fundamental da estrutura do Estado, a espinha dorsal da Federação e do Estado.

Cadê a numerologia? Quanto vai dar? Quem sabe? É preciso discutir isso. Isso não vai dizer respeito ao meu governo, porque os efeitos são depois. Não é assunto que se possa decidir: “Tem que decidir já, nesta semana...” Por quê? Por que nesta semana? Isso há cinco anos já devia estar decidido. Mas por que não foi? Porque é muito difícil. Não estou acusando o Congresso de ter decidido porque sei que é difícil. Está o Deputado Luiz Carlos Hauly aqui, me olhando. Ele conhece isso melhor do que eu. Quer dizer, um erro ali é fatal. Mas por que colocar de novo na Constituição coisas, regras que devem ser da lei ordinária? Para que vão constitucionalizar imposto, meu Deus do céu?

Estamos, há anos, tratando de fazer as reformas, grande parte porque está na Constituição uma porção de coisas que não deviam estar nela. Nós agora vamos, de novo, colocar na Constituição detalhes de imposto? E quem governa depois?

Olha, essa questão tem que ser levantada. Tanto faz para mim. Não entendo de imposto. Pago de mau gosto, como todo mundo. Mas não entendo de imposto. Fui Ministro da Fazenda, entendo um pouquinho.

Não estou querendo discutir se é tal ou qual. Não sei. Agora, para que colocar na Constituição detalhes? Por que não dar mais liberdade ao país, dar as regras gerais do imposto, do sistema de impostos? Mas por que desconfiar que, amanhã, a União vai tomar mais ou o Estado tal vai fazer isso, fazer aquilo? Vamos dar mais flexibilidade.

Enfim, acho que, nesta matéria, o PSDB precisa trabalhar pensando em termos institucionais, em termos políticos. Não consolidamos a governabilidade. Consolidamos a democracia, no sentido da liberdade, do respeito às eleições, às regras. Mas a governabilidade, a *governance*, não. Acho que o PSDB tem que tomar essa questão e falar com o país, falar com a sociedade com a liberdade que eu não tenho mais. Hoje, estou tomando algumas. Porque não tenho mais de falar, porque têm efeitos que não são convenientes. Mas o partido tem. O partido não é este Governo. Falar com a sociedade e levantar essas questões.

Vou usar uma expressão que ouvi há algum tempo, acho que foi do Anthony Giddens, que é a seguinte: “Temos que radicalizar a democracia.” Outro dia, vi o Deputado José Genoíno falando isso. Achei ótimo. Descobriu? Eu era neoliberal por que falava isso? Vamos falar, com força, que é radicalizar a democracia mesmo! O que é radicalizar a democracia? É, primeiro, expurgar esses sentimentos autoritários que ainda existem em certos setores da sociedade que não respeitam a eleição, as regras, etc. É ganhar no “tapetão”. Mas é muito mais do que isso. É, de novo, a governabilidade. Não dá para governar uma sociedade democrática e complexa, como é a brasileira, se não houver canais amplos de participação.

Agora, como é que se faz isso? Tomem a questão da educação ou da saúde. Peguem a saúde. O que significa, o que estamos fazendo na saúde? O Ministro Serra deve explicar melhor do que eu. Vai chegar aqui mais tarde, se é que já não está. O que estamos fazendo? O destino dos recursos da saúde, do SUS, é crescentemente discutido nos conselhos de saúde. O PT fala tanto de orçamento participativo. Vá lá ver de quanto eles dispõem de orçamento participativo efetivamente. É um pouquinho de dinheiro. O nosso é quase tudo, porque o Governo pega educação, pega saúde, pega reforma agrária. São bilhões e bilhões. Passa

para os estados, passa para os municípios e requer que se organizem aí conselhos que discutam a distribuição. Nós estamos fazendo isso. E estamos vendo os outros dizerem: precisa fazer orçamento participativo, precisa participar. Porque o PSDB não grita que estamos fazendo isso, que tem que radicalizar isso. Radicalizar a democracia é fazer isso, é aumentar os canais. É difícil. Por que é difícil? Porque o grau de consciência da sociedade é desigual; o grau de educação média ainda é baixo; o grau de, enfim, de tudo isso. Mas qual é o esforço do governo no que diz respeito à reforma do Estado? Vou voltar a esse tema já. Nessas áreas sociais é esse. O que é que nós estamos fazendo com o Programa Nacional de Agricultura Familiar, o Pronaf? Que vocês sabem o que é. Não existia Pronaf. Agora tem 3 bilhões e meio de reais para o Pronaf. Vai atender milhões de pessoas. Tem conselhos, tem cursos para formar gente para participar do Pronaf, com o dinheiro que é do FAT. Isso é que é radicalizar a democracia. Não são palavras, são atos. Só que nós não chamamos o que nós estamos falando com as palavras certas. Estamos fazendo, aumentando a participação, radicalizando a democracia, estamos tentando, porque não é fácil. E não é uma coisa que o Governo faça, é a sociedade que tem que fazer também. Não é o partido. Mas nós temos que assumir que estamos tentando fazer, em algumas áreas estamos fazendo.

Espero que os Ministros Serra e Paulo Renato, quando vierem aqui falar, na qualidade de militantes, detalhem o que é isso; quais são os mecanismos, como se faz isso, a distribuição efetiva de recursos, de responsabilidade, de definição de prioridades de uma maneira mais ampla. Bom, isso no que diz respeito à democracia eu podia ficar falando aqui o tempo todo, porque gosto de falar. Mas, enfim, o tempo urge. Com a democracia, portanto, é isso.

O outro compromisso que nós tínhamos é retomar o crescimento. Muito bem. Aí, há uma coisa bastante interessante na questão, as discussões nossas dos anos 80, na formação do PSDB. Tínhamos todos um problema, e era geral, que era a inflação galopante, a hiperinflação, eram dois séculos, duas décadas de hiperinflação. Então é óbvio, é natural que essa preocupação fosse, enfim, com uma sociedade que contro-

lasse a inflação. Mas isso era tão habituado já nos nossos modos de ser, tão habitual, que nem se discutia muito a questão. Mas havia.

Nós não tínhamos, ainda, a consciência da importância do Orçamento equilibrado, dessas coisas. Não obstante, era óbvio que tinha que ser feito. Nesta parte, o PSDB contribuiu muito, não foi sozinho. Não devemos nunca imaginar que o governo não é o PSDB. O governo conta com os outros partidos, conta com técnicos que não são de partido nenhum. Mas, enfim, de qualquer maneira, enfrentamos essa questão da inflação, ganhamos da inflação uma vez, ganhamos de novo esse ano. Temos que valorizar isso também, porque as pessoas esquecem.

No começo desse ano, o fim seria catastrófico. Agora, eu estou felicíssimo porque a discussão é se é 8,2%, 8,3%, 8,5%. “Ah, mas Presidente, já está muito alta.” É, está muito alta sim, estamos discutindo. Acho ótimo. Tem que discutir mesmo. E tem que apertar mais. Mas, enfim, deixa para lá. O que tínhamos era outra tarefa. Estávamos saindo de uma época em que havia muita desordem por causa da inflação. O Estado era um queijo suíço, furadinho, carcomido, incapaz de agir.

Posso lhes garantir, com toda tranquilidade, que o Estado que herdamos – o Presidente Itamar Franco herdou do Presidente Collor – era um Estado esburacado. Então, tivemos que reconstruir o Estado. Mas tínhamos uma outra coisa: a nossa cabeça toda estava feita por uma industrialização, por substituição de importações. E já estávamos num mundo que era diferente, num mundo que já estava globalizado ou, pelo menos, começando a se globalizar, num mundo em que tínhamos de enfrentar o que chamamos de desafio da inserção competitiva na economia internacional. Disso não havia experiência, havia preconceito, ou melhor, havia desinformação. Não imaginávamos que fosse possível. Não obstante, o PSDB foi, talvez, o primeiro partido que desenhou a necessidade e a possibilidade de o Brasil se redefinir nessa direção.

Eu me lembro que no programa há uma parte em que se discute o capital estrangeiro. É o único partido, que eu saiba, que discutiu a necessidade do capital estrangeiro, porque até então era anátema. Capital estrangeiro é igual a imperialismo. Imperialismo quer evitar o de-

envolvimento, logo, contra. Era essa a visão. Pusemos que era necessária a participação do capital estrangeiro, depois de muita discussão interna dos que estavam formulando as coisas. E dissemos que havia que privatizar, sem saber o que nós dissemos lá em 80.

Quando agora dizem que o Governo é neoliberal, que o Presidente esqueceu o que escreveu... Nunca esqueci o que escrevi, nem nunca disse essa frase. Não. Nós dissemos que era preciso privatizar. Fizemos uma ressalva. E fomos salvos pelo Presidente Itamar Franco. A ressalva foi a seguinte, a reação foi a seguinte: “Vamos fazer a privatização, menos de empresa simbólica, como a Siderúrgica Nacional.” Aí, o Itamar privatizou. E eu ajudei.

Mas é interessante ver o que nós dissemos naquela época. Não se diziam essas coisas. Nós tivemos coragem de dizer essas coisas contra tabus. Por que que nós dissemos essas coisas? Porque não percebemos, não fomos nós, a economia não foi aberta pelo PSDB, já estava aberta. Mas o mundo já tinha se transformado. Então nós tínhamos, efetivamente, que enfrentar certas questões. E nós começamos a enfrentá-las.

Achamos, então, que era preciso, para isso, valorizar a empresa privada, na busca da competitividade, palavra que não se usava, era fechar e substituição de importações. E não estou criticando, porque, na época, tinha que ser mesmo. Depois, mudou o mundo. Quando mudou, nós vimos que o mundo tinha mudado. Não vimos tudo. Nós sentimos alguma coisa e sentimos no partido.

Então se dizia: “O partido, agora...”. Agora, não, ninguém leu o que nós escrevemos naquela época, não é agora. Nem um discurso do Mário Covas sobre o choque do capitalismo. Leiam. E vão ver se o que estou dizendo não é o que está dito lá.

Bom, nós achávamos, também, que era preciso fazer uma profunda modificação nas estruturas obsoletas do Estado. Aqui está o Dr. Hélio Jaguaribe, que eu não esqueço até hoje, ele naquela época dizia: “O Estado, agora, é desinvestidor líquido.” Era. Quer dizer, um Estado que só tomava empréstimo. O Estado, no passado, o Estado que foi desenvolvimentista, o Estado da substituição de importações era um investidor. Ele pegava a poupança, tinha essa capacidade, e imposto, e fez a Eletrobrás, a Petro-

brás. Eu aplaudi e aplaudiria de novo, se as circunstâncias fossem as mesmas. Só que nós estávamos diante de um Estado quebrado.

Então me recordo que quando virei Ministro da Fazenda vim pensando no avião o que dizer. Eu disse só – que eu me lembre: “Olha, temos três tarefas a cumprir: inflação, inflação e inflação. Acabar com ela.” Aí me perguntaram sobre a privatização. Eu digo: “Não, essa questão não é ideológica, é prática.” Como é que se faz crescer uma economia, se o Estado está despoupando, não tem onde investir e a economia precisa de investimento? Tira de onde? A acumulação passou a ser privada. Ou se faz a acumulação privada via pelo setor público, ou pára. Precisa de 5 bilhões por ano no setor de energia elétrica, hidroelétrica. Outro tanto para petróleo. Vai tirar de onde? Não tem.

E aí não é título para rolar. Papel para rolar, a gente tem. Essa confusão enorme: “Porque não tira da dívida?” Porque a dívida não paga, você manda o título. Agora, para fazer investimento, você põe dinheiro, não põe título. De onde é que tira?

Bom, isso o PSDB viu. Mas também digo sempre isso: “O controle da inflação é só um começo.” Um objetivo de um partido ou de um governo não pode ser, simplesmente, o de você controlar a inflação. Temos que manter uma dinâmica importante na economia. Será que nós fizemos? Eu acho que alguma coisa nós fizemos, quer dizer, houve uma expansão do mercado interno, todo mundo sabe disso. Não só por incorporação dos mais pobres, as linhas de pobreza. Aí depende de como o técnico defina e qual é o nível que ele define: incorporou 15 milhões, 20 milhões. Não importa. O que importa é que incorporou muita gente com o controle da inflação. Mas não foi só isso. Aumentou também a capacidade de consumo. Veja o consumo da chamada “linha branca”, de bens duráveis. Incorporou automóveis, incorporou muita gente.

Esses cinco anos foram de profunda transformação, para melhor, na área do consumo. E isso, em parte, vem como fruto do que nós propusemos, o PSDB, lá atrás, e com o que o Governo, coerente com a linha do partido, fez, de aumentar os investimentos, fazer as privatizações, controlar a inflação, etc.

Olha, na questão de preparar a nossa indústria, a importação de bens de capital mais do que triplicou, de 92 a 98. Isso teve como consequência ganhos de produtividade. Os ganhos de produtividade média, entre 91 e 97, que é o dado que eu tenho, são de 3,3%. Isso é muito mais que os países desenvolvidos, em média. Isso permitiu, realmente, aumentar a riqueza. Isso ajudou a combater a inflação. Não foi só a âncora cambial, não. Houve um forte aumento de produtividade. E isso permitiu que houvesse, portanto, uma manutenção da expansão industrial e que, agora, depois da desvalorização cambial, nós continuássemos conseguindo segurar a inflação e, até, fazer um outro tipo de substituição de importações, quer dizer, de uma maneira positiva, nesse caso, não é fechando barreira, mas é permitindo que houvesse essa expansão que está havendo.

É preciso, também, dizer que a taxa bruta de formação de capital fixo cresceu. Não sei exatamente a quantas nós estamos hoje. Chegamos a 13% do produto. Hoje, deve estar na direção de 20% – é isso, Calabi? – 18,5%, na direção de 20%. Quer dizer, isso é que garante o crescimento.

Vamos, para simplificar, porque eu sou péssimo em contas, mas vamos simplificar que sejam 20%, e que o PIB fosse de 800 bilhões de dólares. Dá 160 bilhões de dólares. Como é 18%, dá 150 bilhões de dólares. Desses, o investimento produtivo direto, estrangeiro, é, mais ou menos, 25 bilhões este ano. O resto é daqui. Não é dinheiro que veio de fora, é dinheiro daqui, de indústria nacional ou de indústria instalada aqui. “Ah, sucatearam a indústria.” Mas que bobagem! Mas que bobagem! É o contrário. É o contrário. “Desnacionalizaram a indústria.” Não, internacionalizaram. Uma parte da daqui vai lá para fora, também, e o mercado vai ser mais amplo.

Houve um problema? Houve, não posso negar que tenha havido. Podia ter sido melhor? Podia ter sido melhor. Não posso negar isso. Não há dúvida. Agora, que houve um processo grande de transformação do parque industrial brasileiro que permite que o Brasil, hoje, possa entrar no próximo século olhando para frente, eu não tenho dúvida.

Agora, não é porque teve só investimento de capital. Houve investimento, não houve paralisação disso. Estou dando números. Houve per-

das, houve muita coisa. Muita coisa errada, muita coisa certa, etc. Mas por trás disso tem algo que é mais importante do que isso. Primeiro, é que nós conseguimos repor o Estado em condições de funcionar. Está uma maravilha? Não está. Mas, hoje, o Estado funciona. O que que eu quero dizer com “o Estado funciona”? O que que eu estou querendo dizer com isso? Eu me referi ao fato de que estamos modificando, nas áreas tradicionais, de onde havia muita fisiologia e tal, que é educação, saúde. Ao aparelho de Estado, para dotá-lo de uma capacidade de maior capilaridade. Que nós mexemos na parte de reforma agrária já devem ter falado aqui. Desapropriei três Bélgicas. Todo dia tínhamos decreto de desapropriação. Doze milhões de hectares de terra. É muita coisa.

E, agora, estamos fazendo a agricultura familiar, com o Pronaf, botar esse pessoal para trabalhar. Leva tempo para isso ter efeito. Mas mudou a relação do Estado. Ele funciona nessa área. Na educação também funciona. Quer dizer, expandimos muito a oferta, como eu já disse aqui, de matrículas. Melhoramos o salário com o Fundef. O provão deu competitividade às escolas superiores. Agora, estamos criando escolas técnicas e são 99 acordos já feitos, que é uma coisa que está revolucionando. Mudamos o ensino médio, mudamos o ensino técnico. E na educação realmente houve um avanço muito grande.

Mas deixa esse lado do Estado, pega o outro lado do Estado. Mudamos completamente – estamos ainda em um processo – o velho Estado. Estamos criando um Estado regulador, ao invés de ser um Estado diretamente investidor no setor produtivo. Algumas agências estão aí. Petróleo, está aí o David. Está a questão da Anatel, da Aneel. Nada disso existia. E é uma concepção nova. Não é porque se criou. É outra coisa. Você criou as agências que são dotadas de poder, de independência, ante a fisiologia, o corporativismo e ante o próprio Governo, em muitos aspectos, para regulamentar o setor produtivo. O capital é privado, mas os objetivos têm que ser orientados para fins sociais e fins nacionais.

Então, não é o Estado mínimo que enxuga para que o capital e o mercado mandem. Porque isso, não estou de acordo, nem o partido. Isso, sim, seria o que chamam de neoliberalismo, o que já é um xingatório, até para os liberais. Não. É um Estado que tem competência para

regulamentar. Estamos fazendo nos transportes – está lá na Câmara. Estamos fazendo nas águas – está lá na Câmara. Estamos fazendo na vigilância sanitária – está feito. Quer dizer, é um outro Estado. Estamos construindo um novo Estado. Estamos reformando o Estado.

Em uma boa parte do tempo, a reforma do Estado passou a ser a reforma da administração: “Vai cortar salário. Não vai cortar salário. Fulano faz o quê? Tem estabilidade? Não tem estabilidade?” Isso é um aspecto menor. O aspecto maior é que estamos reformando o Estado mesmo. Os efeitos disso? Só no tempo. Como é que vamos ver os efeitos na educação, senão no tempo? Eles virão. Eles virão, porque estão aí. Temos mais crianças na escola. Melhorou. Tem mais alimentação na escola. Caiu a mortalidade infantil. Tem médico de família. Tem agente comunitário de saúde. Isso leva 10, 15, 20 anos. Mas não estamos governando com oportunismo no dia-a-dia. É por isso que digo: o rumo nós não perdemos. Acho que, nessa questão, nós avançamos.

E não deixamos de manter no Estado suas instituições fundamentais. Primeiro, não privatizei a Petrobrás. E disse que não ia privatizar. Ela está competindo com outras empresas, associando-se. Mas ela está alavancando. Segundo, na questão de telecomunicações, está lá o BNDES com um programa para a produção de equipamentos para as telecomunicações. A mesma coisa fizemos com o têxtil, com calçados. Demoramos. Atrasamos. Todas as críticas são verdadeiras. Mas o rumo, não. A afirmação de que estamos destruindo o Estado, esta não é verdadeira. Pode-se dizer que, por alguns erros, poderia ter ido mais à frente, tudo bem. Mas nós fomos fazendo.

O BNDES dispõe, hoje, de uma verba equivalente quase ao Banco Mundial. Diga-se de passagem que o programa de distribuição de alimentos no Brasil é quase do tamanho do programa da ONU, em valor. O BNDES tem cerca de 20 bilhões, mais ou menos, não é isso? Para quê? Para apoiar essas transformações. Essas transformações que são, basicamente, do setor nacional. Não são do setor multinacional. Tem também, porque essa distinção não dá para fazer a ferro e fogo, porque, senão, você paralisa a indústria, porque tudo está muito interligado. Agora, tem que ter uma certa ação preferencial.

Estamos desconcentrando a indústria. Isso está tudo no nosso programa. Quando assumi o Governo, havia fábrica de automóveis em São Paulo e Minas. Hoje, tem muitas mais em São Paulo, muitas mais em Minas, tem no Rio, tem no Paraná, tem no Rio Grande do Sul, tem na Bahia, tem em Goiás. Estamos desconcentrando. Em calçados, eu nem falo, em homenagem ao Mário Covas, porque cada governador nordestino que vai lá toma um pouquinho de São Paulo. Mas está acontecendo. Está acontecendo uma desconcentração da indústria, o que é bom, desde que não perca São Paulo também, não é? Mas é bom. Estamos desconcentrando a indústria. Estamos descentralizando a administração fortemente. Bom, enfim.

Mas, por trás disso, o que acho que é mais importante – e aí não é o PSDB, é para a nossa consciência: por que o Brasil pôde dar esse salto, que se torna avançado, negócio de tecnologia de estação de petróleo? A Embrapa é um colosso. Faz revoluções todo mês. Cria novas sementes, novas variedades. Permite a ocupação do cerrado. Temos, hoje, uma autonomia tecnológica no setor agrícola brutal, que, se tivermos inteligência para aproveitar isso de uma maneira mais agressiva, até comercialmente, com a Embrapa, podemos ter um *agrobusiness* com uma boa base brasileira. Melhoramos a qualidade das nossas raças bovinas enormemente – enormemente.

Enfim, por que fizemos tudo isso? Temos química fina. Somos capazes de fazer veículo lançador de satélite. Somos capazes de fazer uma série de desenvolvimentos tecnológicos. Temos um sistema de ciência e tecnologia no Brasil que, infelizmente, como temos o que eu chamo de “fracassomania”, catastrofismo, não se valoriza. Desde 1951, funciona o CNPq. Sabem quanto os órgãos principais de pesquisa dão para a pesquisa no Brasil – CPNq, Capes –, sem contar com os órgãos estaduais? Um bilhão e 200 milhões de reais. Se se acrescentar a isso o que, agora, a Agência Nacional de Petróleo está dando para a pesquisa, são alguns milhões de dólares.

Bom, é bem usado ou mal usado? Ah, não sei, varia. Tem bolsa boa, tem bolsa ruim. Em média são 40 mil bolsistas por ano, no Governo Federal. Somem-se a isso os governos estaduais. Temos um sistema de

produção de ciência e tecnologia. É o único país emergente que tem esse sistema, para não falar dos outros. Ninguém tem. Temos uma massa de capital humano que vem de longe, não foi o PSDB. Mas isso nunca parou.

Toda vez que havia uma reunião da SBPC havia crítica. Mas quando se foi ver o resultado, e eu tenho visto, houve uma avaliação feita por uma agência israelense. Vale a pena ler. É surpreendente como é que se mede isso: em número de artigos publicados por cientistas brasileiros em revistas estrangeiras; em número de citações que esses artigos têm em outras revistas. Em algumas áreas é surpreendente. Matemática, por exemplo. Houve uma alta matemática, agora, no Rio de Janeiro. O melhor grupo está no Rio de Janeiro. Ninguém nem sabe.

Existe uma teia de produção de conhecimento. Isto é o futuro. Esta teia o PSDB tem que gritar por ela. Mas não é gritar, juntar, fazer cartaz: “Falta verba para a pesquisa.” Não. Isso é primitivo. É olhar onde é que falta mesmo, onde é que está sobrando, o que é que tem que fazer efetivamente. Mas essa bandeira tem que ser nossa, nós podemos ter a autonomia que nós queremos nesse mundo que é globalizado. É a bandeira do saber, é a da informação. Isso eu acho que é tema do PSDB. E a crítica também. Fez certo, fez errado, o Governo fez mais, fazia menos. Mas eu acho que é aí que nós temos que atuar com mais força. Nós podemos atuar com mais força.

Eu não tenho dúvida que com isso – eu não quero cansá-los, vocês já devem ter ouvido falar disso – nós temos condições de levar adiante um projeto nacional de desenvolvimento. Vou repetir o que disse há pouco na Escola Naval. Hoje, projeto nacional de desenvolvimento não pode ser como no passado, em que um governo decide quais são os objetivos nacionais e impõe metas e faz programas e põe o dinheiro. Porque o Governo não tem dinheiro, porque as metas não podem ser só do Governo e precisam de um envolvimento da sociedade. Não pode mais ser assim, nem que um intelectual iluminado... – e por sorte temos muitos. Infelizmente, eu já não estou na área. Se tivesse eu queria ser iluminado. Mas que pudesse escrever um projeto. É outra coisa hoje. A sociedade é democrática. E aí vem o que eu disse há

pouco da *governance*, da governabilidade. Um projeto tem que ser mais amplo do País.

O PPA–Plano Plurianual de Investimentos –, o Avança Brasil é uma tentativa de colocar junto uma série de projetos que não são do Governo, são de todos. Agora, que tem, tem. Para tudo. Nós estamos refazendo hidrovias, ferrovias, portos, energia, telefonia, que foi uma revolução com a privatização. Tudo. Mas muita coisa da infraestrutura que está posta lá. Portos. Temos um projeto. E neste projeto entra educação, entra saúde, entram ciência e tecnologia. Temos que assumir esse projeto como nosso. Eu estou cansado de ouvir: “Falta no Brasil um projeto de desenvolvimento.” Falta ler, falta se informar, falta escrever sobre o que não sabe, aliás, não falta, tem muita gente escrevendo sobre o que não sabe. Tem que se informar. Bom, levar e discutir.

Mas eu acho que o PSDB tem que levar essas coisas e levar forte, que nós temos este rumo mesmo. O PPA nos dá um rumo efetivo. É um projeto nacional de desenvolvimento. Não é um projeto do PSDB, mas ele tem que apoiar, é o conjunto. O Congresso vai retomá-lo.

Bem, ali vocês podem ver que tem uma numerologia para a gente, vê o que precisa e o que não precisa para tudo isso. Agora, eu acho que nesta matéria de, enfim, de retomar o rumo, o Brasil precisa apenas gritar o que está fazendo. Eu gostaria que cada brasileiro tivesse a chance que eu tenho de ver as coisas do Brasil.

Esta semana, fui lá ao Piauí, a São Raimundo Nonato. Lá existe uma descoberta arqueológica de uns traços rupestres de culturas de 50 mil anos. É a área mais antiga das Américas. Mas tudo bem, aconteceu. Agora, lá tem um museuzinho, o sítio arqueológico é igualzinho ao que eu vi nas áreas mais desenvolvidas do mundo. Tudo bem feito. É em São Raimundo Nonato, no Piauí.

Agora, tão importante quanto isso é que, bem ou mal, há em São Raimundo Nonato 29 cursos superiores. É claro que eu, como professor de universidade, da USP, de universidades do mundo todo, digo: “Será que são superiores mesmo?” Mas isso não tem importância. Isso é visão, digamos, elitista. São 29 cursos que estão dando lá para a popula-

ção de São Raimundo Nonato a possibilidade de aprender alguma coisa. Estou dando esse exemplo porque foi ontem, anteontem.

Ontem, fui a Pirenópolis, em Goiás, onde foi recuperada uma igreja. Em Goiás, o Governador e o Governo Federal recuperamos oito igrejas. Meu nome estava lá. Beleza de igreja. Foi Sérgio Motta quem botou o dinheirinho lá, das teles, para poder fazer a recuperação. Estamos recuperando uma enorme quantidade de coisas históricas. Por quê? Porque precisamos da identidade nacional, da cultura, dessa coisa toda.

Agora, isso está ocorrendo no Brasil. Está ocorrendo, há 29 cursos em São Raimundo Nonato. Por que nós não juntamos isso tudo para também dizer o que está sendo feito por nós, brasileiros, com continuidade e com energia? É claro que falta fazer muita coisa. Há alguns anos eu falei uma expressão que ficou famosa: “entulho autoritário.” Agora, acho que tem entulho burocrático. Há pouco, mesmo, estava falando com o Eduardo Eugênio: o Presidente toma uma decisão e, depois, o entulho burocrático atrapalha e não sai. Então, temos que lutar contra o entulho burocrático.

Quero defender a burocracia brasileira também. Temos uma burocracia de altíssima competência. Nos altos escalões e nos médios, gente dedicada. Mas existe a mentalidade burocrática, um S.M.J., salvo melhor juízo, que vai para cá, vai para lá, vai para cá, vai para lá, e não sai nada.

Então, sei que temos que mexer muito nisso aí, até para que possamos incorporar mais. Esse programa que fizemos agora, de pequenas e médias empresas, que é uma coisa bonita, com o Sebrae, com tudo o mais, uma coisa muito bonita, tomara que ande. Mas para andar precisa de um esforço enorme.

O partido pode pegar isso aí, lutar contra isso e tomar como bandeira. Mas em vez de pegar “O governo não fez isso, não fez aquilo.” Não fez, não pôde fazer, vamos fazer juntos. Vamos arrebentar o entulho burocrático, vamos lutar, na prática, como militância, porque Governo não faz sozinho. Partido sem militância também não faz. Precisamos ter crença, só há militância quando há crença. Aí faz. Acho que temos muito o que fazer nisso.

É claro que temos ainda um trabalho imenso na questão das reformas, que há muito já avançaram. E também tem outra coisa que tem que dizer com clareza: os mercados financeiros põem o sarrafo cada vez mais alto. Deixa para lá. Eles que ponham o sarrafo onde eles quiserem. Nós temos que cuidar do crescimento do Brasil. Deixa para lá.

Então, já fizemos muita reforma, o Congresso já aprovou muita coisa. Olha, eu acho que, a não ser na Constituinte, nunca vi legislatura que tenha aprovado mais do que a do ano passado e continuou esse ano. Aprova tudo. Estamos mudando o marco jurídico legal do Brasil. E coisas mais difíceis. E o Congresso aprova. Claro que o Congresso muda. O Congresso é autônomo, a democracia é isso. Não adianta eu querer uma coisa e o Congresso querer outra. Ele prevalece. Mas, na média, sai bom. Na média, avança.

Quer dizer, já aprovamos muita coisa. Vamos acabar um pouco com essa febre, essa coisa: “Se não fizer tal reforma o mundo cai.” Não cai, não. O Brasil está sólido. O Brasil está sólido. Quer dizer, vamos aprovar as reformas. O INSS foi uma reforma importantíssima que o Congresso aprovou. Tem efeitos de médio prazo, muito bom. Estamos enfrentando a questão da Previdência pública. Vamos continuar enfrentando, sem frenesi. A reforma tributária, já falei dela. Então, vamos ser sensatos, vamos botar regras gerais na Constituição e deixar que o tempo ajude a recompor essa matéria, que é uma matéria delicada. A do Judiciário o Congresso aprovou uma modificação importante.

Então, agora, é tratar de baixar a taxa de juros e crescer. E a taxa de juros baixa à medida que tivermos governabilidade. Quando se começar a produzir crises mais ou menos artificiais: “Vamos botar as tarrafas altas a toda hora”, é para atrapalhar. Agora, vamos seguir essa linha com sensatez, porque o Governo não pode ser responsável. É a linha do PSDB. E vamos retomar o crescimento. Eu acho que isso é que é o fundamental.

Quero finalizar, porque já falei até muito mais do que deveria, dizendo o seguinte: Temos condições efetivas como Nação, e o PSDB tem condições efetivas como partido, de apontarmos para o próximo século com mais confiança. E não confinça retórica e boba. Confiança efetiva.

Essas questões dos que pensam, porque está havendo globalização, que perdemos vez na História estão enganados, estão enganados. Depende da nossa política, do modo de atuarmos. É óbvio que o sistema internacional é um sistema assimétrico e injusto e que é muito difícil haver mudanças. Algumas, pequenas, estão acontecendo. Mas a principal aconteceu entre nós próprios. A dura lição das crises ensinou.

Vejam, comecei a governar em janeiro de 95. Vinha já de um governo onde tinha um papel bastante ativo, que era o anterior. Logo em dezembro de 94, houve uma crise, a do México, que atrapalhou o nosso ajuste aqui. Em abril, a taxa de juros lá em cima e crise: 10 bilhões de reservas perdidas. Crise no sistema financeiro: Proer. O Proer foi a salvação da lavoura. Agora, o Congresso vai lá e fez o que fez. É duro, porque o Proer foi a salvação da lavoura. O Proer, realmente, saneou o sistema financeiro. Muito bem, em 97, outra vez, crise. De novo, medidas duras, juros lá para cima. Em 98, crise da Rússia, desvalorização. Está claro que mudamos a política. Nós já mudamos a política. Com muitas dificuldades, mas mudamos para nos adaptarmos aos novos tempos.

Hoje, sabemos que temos que contar muito mais com o esforço de capital produtivo nosso e que não podemos amarrar a nossa política monetária, a nossa política financeira a capitais de curto prazo. As nossas reservas, hoje, não se compõem mais de capitais de curto prazo. Isso não quer dizer que não tenhamos tido um forte apoio – porque tivemos – do Fundo Monetário Internacional e dos países industrializados. Se tivessem dado o apoio que deram naquele momento, não teríamos passado o ano que passamos, da maneira pela qual passamos, com muita dificuldade, mas a economia está intacta. Conseguimos até não aumentar a taxa de desemprego. Baixar levemente a taxa de desemprego. A inflação controlada.

A economia está intacta, pronta para crescer. Por quê? Porque, pela primeira vez, obtivemos, o país obteve 41 bilhões de dólares do Fundo Monetário, do Banco Mundial, do BID e de 20 países industrializados, antes de quebrar, o que foi a minha luta no ano passado. Antes de quebrar, quer dizer, com reservas, porque, se ficasse sem reservas, teríamos 10 anos de paralisação, moratória e tudo isso.

Mudou o Fundo. Criou-se um negócio chamado fundo de contingência. Nós não usamos esse dinheiro. Nós usamos, mais ou menos, a metade, se é que tanto. A Míriam deve saber melhor do que eu. A metade, se é que tanto. E estamos pagando. Vai ver que estamos pagando até um pouquinho a mais. Mas foi importantíssimo, porque deu o ar para respirar.

Então, não podemos ficar com essa atitude um pouco primitiva de que o Fundo Monetário é o “bicho-papão”. Não. E fizemos uma política garantindo a nossa capacidade de definir a política de juros. Fizemos, como tínhamos feito com o Real, um ajuste que não é um ajuste que deixe de levar em consideração a área social e a aspiração de crescimento, senão o crescimento efetivo.

Bom, isso foi feito. Foi feito baixando a taxa de juros. Claro que ninguém é irresponsável. Tem que baixar olhando as condições de mercado, olhando as condições do gasto público. Nós seguramos o gasto público. O compromisso feito não foi com o Fundo Monetário, foi com o País, que fiz em setembro, em um discurso no Itamaraty, em que eu disse o óbvio. Qual é o óbvio? Não podemos deixar que a dívida interna cresça na proporção em que está crescendo. Vão dizer: “Não vamos pagar.” E quando disserem “Não vamos pagar”, quebram. Então o compromisso é fundamental porque é para o País. Não pode deixar que a dívida interna ultrapasse um certo nível. Não ultrapassou. Até, pelo contrário, seguramos. E vamos estabilizar a dívida interna.

A dívida externa está negociada há muito tempo pelo Malan e por mim. O Governo Federal tem dívida externa de mais ou menos 100 bilhões. E tem reserva de 40, portanto a líquida é de 60, negociada de longo prazo. O PIB é de 800. Quer dizer, não há esse problema. Quem tem dívida externa são as empresas. Por que elas têm dívida externa? Porque a taxa de juros é mais baixa. Como o mundo é globalizado, é negócio.

Claro que, se houver uma confusão maior, pára de pagar e tal. Por isso que não pode deixar haver essa confusão. Mas não é essa obsessão da dívida externa. O problema era a dívida interna. A dívida interna, nós nos comprometemos, porque é essencial para o Brasil manter esse

controle. E é óbvio que essa dívida deixa de crescer, exponencialmente, à medida que a taxa de juros baixa também. Então, esse é o objetivo: manter a inflação sob controle.

Essas questões estão delineadas. Nós não precisamos, agora, demonizá-las, que é o que a oposição faz. Temos que explicar ao país o que que está sendo feito. Explicar.

Então, eu acredito que se o PSDB, realmente, estiver de acordo com o que eu estou dizendo – pode não estar –, se acreditar, e sabendo que nós temos, no mundo, um momento complicado, mas o mundo já está mudando, e vai mudar mais, como o Brasil consegue manter essa política, digamos, que dá um horizonte, portanto, que mantenha uma política de controle do gasto público, o PSDB não pode apoiar políticas de descontrole do gasto público, porque inviabiliza tudo. Controle de gasto público. E mantém uma política de controle da inflação e, portanto, baixa de taxa de juros, de crescimento. Ou, então, nós não vamos fazer o que precisamos fazer mesmo, que é atender às nossas demandas sociais. No rumo que já estão delineadas.

Eu poderia, se quisesse tomar uma atitude não auto-indulgente, dizer: “Fizemos mais que todo mundo.” Fizemos, em várias áreas. Mas não adianta, porque o que se tem para fazer é muito mais. E a população não vai ficar contente em saber que o governo do PSDB fez mais que os anteriores. Ela vai querer saber: “E depois?” Ela é como os mercados, ela olha para frente, as expectativas são para o futuro.

Então, ou o PSDB assume que temos futuro, como partido, como Nação, e acredita no que estamos fazendo e defende esse futuro e com princípios ou, então, não temos chance de ganhar as eleições.

Termino, portanto, dizendo que, apesar de eu ter feito alguma exposição factual, de uma coisa ou de outra, acho que a nossa questão é de conceito: o que somos, em que acreditamos. E defender, com força, que nós somos a nova social-democracia. Chamem como quiserem: terceira via, quinta via, qualquer via. A via da decência e da dignidade na política. Isso é importante. A via do atendimento social e a via do crescimento. Nós somos isso. Ou, então, nós não temos lugar na História.

Mas só estamos em posição, nesse momento, de dizer que somos isso, dizendo que já estamos fazendo. Porque, senão, ninguém vai levar a sério, porque nós estamos no governo. O PSDB é governo e tem que defender, ao lado da crítica, o que está sendo feito. Se fizer isso, com coragem, se vamos baixar a cabeça à primeira crítica, despropositada e demagógica, aí não vai.

Temos que ir para a luta. E, aí, especialmente aos Deputados e Senadores: não adianta eu ganhar a maioria no Congresso. Eu tenho. Eu quero ter o conceito, quero ir para a tribuna para defender. Vai para a televisão e fala por que está votando. Não é votar envergonhado, porque voto envergonhado é derrota amanhã. Tem que ser o voto de cara limpa, o voto de quem acredita. Porque o governo está fazendo – pode errar – o melhor que pode, com decência, com coragem. E o PSDB também. É um partido que tem essas características de decência. Então, essa é a nossa via, que é a via do futuro.

Muito obrigado.